ISSN 2178-2229

DOI: https://doi.org/10.18764/2178-2229v33n1e28165

Entre notas: pesquisa histórica e representação da informação

Between notes: historical research and information representation

Entre notas: investigación histórica y representación de la información

Diana Rocha da Silva
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4165-5495

Resumo: A área de nota e de descrição física de um item bibliográfico se configura como um importante recurso de informação para profissionais dedicados a compreender fatos e acontecimentos de épocas passadas. Sendo assim, este trabalho busca apresentar alguns recursos disponíveis para orientar o trabalho do bibliotecário no processo de representação de acervos do patrimônio histórico bibliográfico disponíveis em ambiente digital. Trata-se de uma reflexão teórica sobre as oportunidades e omissões no processo descritivo dos itens informacionais, relacionadas à área de nota e às características físicas do documento. A metodologia está amparada em pesquisa bibliográfica, tendo como categorias empíricas a representação descritiva, propriedades organolépticas e materialidade do documento. Registra-se que a maioria dos itens representados pelos bibliotecários e postos a circular digitalmente carece de uma descrição mais compatível com as demandas e necessidades dos historiadores, incluindo informações sobre público-alvo e natureza da documentação. Tal realidade alerta para uma mudança de postura do profissional da informação relativo a um maior detalhamento do recurso.
Palavras-chave: representação descritiva; materialidade bibliográfica; pesquisa histórica; ambiente digital.

Abstract: The notes area and the physical description of a bibliographic item constitute an important source of information for professionals dedicated to understanding facts and events from past times. Accordingly, this paper aims to present some resources available to guide librarians in the process of representing bibliographic heritage collections in digital environments. It is a theoretical reflection on the opportunities and omissions in the descriptive process of informational items, related to the notes area and the physical characteristics of the document. The methodology is based on bibliographic research, having as empirical categories descriptive representation, organoleptic properties, and the materiality of the document. It is noted that most items represented by librarians and made available digitally lack a description that is more compatible with the demands and needs of historians, including information about the target audience and the nature of the documentation. This reality points to a need for a change in the information professional's approach towards greater detail of the resource.
Keywords: descriptive representation; bibliographic materiality; historical research; digital environment.

Resumen: El área de notas y la descripción física de un ítem bibliográfico constituyen un recurso importante de información para los profesionales dedicados a comprender hechos y acontecimientos de épocas pasadas. En este sentido, este trabajo busca presentar algunos recursos disponibles para orientar la labor del bibliotecario en el proceso de representación de acervos del patrimonio histórico bibliográfico en entornos digitales. Se trata de una reflexión teórica sobre las oportunidades y omisiones en el proceso descriptivo de los ítems informacionales, relacionadas con el área de notas y las características físicas del documento. La metodología se apoya en investigación bibliográfica, teniendo como categorías empíricas la representación descriptiva, las propiedades organolépticas y la materialidad del documento. Se observa que la mayoría de los ítems representados por los bibliotecarios y difundidos digitalmente carecen de una descripción más adecuada a las demandas y necesidades de los historiadores, incluyendo información sobre el público destinatario y la naturaleza

Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

de la documentación. Tal realidad señala la necesidad de un cambio en la postura del profesional de la información hacia un mayor nivel de detalle del recurso.
Palabras clave: representación descriptiva; materialidad bibliográfica; investigación histórica; entorno digital.

1 Introdução

Em estudo publicado em 1994, *Do código ao monitor*, Chartier expunha o sonho da "felicidade extravagante" (Borges, 1941[1]). Esse seria o lugar onde todos os suportes de diferentes tempos, espaços, formatos e conteúdos poderiam conviver simultaneamente, com métodos e técnicas de manutenção, preservação e acesso da informação correspondente às características físicas do escrito. Na atualidade, ainda que, de forma tímida, haja algum investimento na transformação de conteúdo nato, manuscrito ou impresso, para a versão digital, o resgate da informação na perspectiva da história da educação maranhense tem sido impulsionado pela disponibilidade de acesso aos recursos informacionais de forma livre e sem ônus no formato digital, ou prejudicado pela inviabilidade de consulta ao documento original em decorrência da vida útil ou pelo seu estado de conservação[2].

Sabendo que os investimentos para o setor do patrimônio histórico bibliográfico educativo, em sua maioria, são escassos e isentos de uma política pública que permita

---

1 J. L. Borges, **La biblioteca de Babel**, 1941. Disponível em: https://ia800504.us.archive.org/18/items/TheLibraryOfBabel/babel.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

2 Isto pode ser constatado ao realizarmos visita *in loco* às instituições de memória do Maranhão (Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) e Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)). Nestas duas repartições há projetos que tem o objetivo de prolongar a vida útil do documento, como as técnicas de digitalização, microfilmagem, e ações de conservação e preservação física do documento. Na BPBL, por exemplo, podemos destacar o projeto de Preservação e modernização do acervo raro da Biblioteca Pública Benedito Leite (2013); o estudo de Mauricio José Morais Costa; Bruno Fortes Luce; Maria Cleide Rodrigues Bernardino, sobre O Acervo digital de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite: contribuições do acesso aberto para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Disponível em: https://www.scielo.br/j/emquestao/a/KNp9WNN6yn3RbXwPpTmQ5jP/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 28 jan. 2026 e a produção Digitalização de obras raras e jornais maranhenses da Biblioteca Pública Benedito Leite: a preservação da informação por meio da tecnologia de autoria de Carla Jeane dos Santos Castro, disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/4940/3315. Acesso em: 28 jan. 2026. No entanto, notamos em alguns casos o desgaste, a deterioração do documento, seja pelo mal acondicionamento, seja por falta de uma política de conservação e preservação, seja por outros fatores que não saberia apontar neste momento. Um exemplo da falta de política pública para as instituições de memória no Maranhão podem ser resgatadas nas denúncias sobre o risco de perda de documentos históricos do APEM, disponível no site da Assembleia Legislativa do Maranhão: https://www.al.ma.leg.br/sitealema/tag/arquivo-publico/. Acesso em: 28 jan. 2026. No site da Agência Tambor também é possível conhecer algumas irregularidades relacionada ao descaso com os equipamentos culturais, no caso o APEM. Disponível em: https://agenciatambor.net.br/geral/o-que-significa-a-violencia-contra-o-arquivo-publico-estadual-do-maranhao/. Acesso em: 28 jan. 2026.

a manutenção, preservação e acesso livre aos documentos sob a sua custódia, de forma assídua[3], é nossa intenção compreender os mecanismos utilizados para garantir a continuidade da pesquisa histórica em ambiente digital, levando-se em consideração a originalidade e a fidedignidade do documento histórico a partir dos recursos ou técnicas biblioteconômicas que ajudem a caracterizar as fontes de informação de forma mais precisa e pertinentes ao estudo historiográfico.

A felicidade extravagante mencionada por esse autor é um desafio que se mantém ainda nos tempos atuais. Paradoxalmente, dispomos de mais recursos para empregar nos processos de conservação, restauração e preservação documental. As tecnologias para essas atividades são inúmeras, no entanto, frequentemente encontramos acervos desordenados, deteriorados, degradados em instituições de memória. Além disso, são escassos os acervos compostos por matéria-prima de tempos remotos que chegaram até nós. Os poucos artefatos bibliográficos existentes estão sob a proteção de repartições oficiais, onde são expostos como obras raras. Por sua vez, os historiadores têm o acesso limitado a essas fontes, muitas vezes remotamente, diminuindo as chances de fazer relações mais precisas.

Onde estão os acervos bibliográficos que refletem ou representam culturas passadas? Se existem, os poucos vestígios existentes carecem de uma atenção mais pronta por parte das instituições de guarda e proteção. De fato, pensar que todos os artefatos, ao longo do tempo, podem permanecer ativos, preservados e conservados em toda a sua integridade não é tão fácil de se imaginar. Sucessivamente, apesar da coexistência de formatos, a preferência pelas novas maneiras de registro da informação é acatada sem resistência pelas gerações vindouras.

No processo de pesquisa histórica, temos nos deparado com diferentes tipos ou formas de suportes do escrito na operação historiográfica. O ato de recuperar e analisar o documento impresso disponível em meio digital tem focado necessariamente no conteúdo fonte a ser analisado, embora saibamos que a forma na qual circula a informação influencia o olhar do pesquisador e a assimilação do conteúdo. Informação como tamanho da obra, dimensão, tipo de papel, fonte,

[3] Para conferir mais informações sobre as políticas públicas referentes ao patrimônio histórico bibliográfico no Brasil e as estratégias de preservação do patrimônio, acesse a obra: Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos. Organizada por Francisca Ferreira Michelon, Cláudio de Sá Machado Júnior e Ana María Sosa González. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-do-Patrim%C3%B4nio-Cultural.pdf. Acesso em: 28 jan. 2026.

espaçamento entre linhas, ilustrações, propriedades da produção editorial atual importam. No entanto, os aspectos pertinentes ao cheiro, cor e textura também influenciam e impactam o pesquisador em história da educação, assim como o modo de proceder ou as operações historiográficas mobilizadas para interpretar o documento fonte.

Sendo assim, questionamos: de que forma os documentos impressos e acessíveis digitalmente em meio virtual, indexados em repositórios institucionais, têm sido representados na sua integridade? Como diz Chartier (1994), a forma influencia a recepção do escrito. Que tipos de práticas o bibliotecário tem empregado para garantir a integridade do documento histórico que agora circula em meio digital? De que forma as normas de catalogação orientam uma descrição mais próxima do real? Em tempos de meio digital, quais as inovações garantidas pelas regras atuais? São estas algumas das preocupações que têm integrado a nossa prática enquanto historiadora em formação e como bibliotecária por formação.

Em termos práticos, busca-se compreender a conformação histórica sobre os suportes históricos culturais desenvolvidos ao longo da história humana, a mudança, a aceitação e a negligência pelo documento original, que toma estatuto de obra rara e, por assim dizer, torna-se restrito pela sua condição material ou simbólica. A passagem de um suporte a outro implica inúmeras desvantagens para o leitor-historiador. Essa é uma das preocupações quando se está envolvido com a documentação histórica em formato digital, que está disponível em uma tela de computador e condicionada pela forma de leitura e de interpretação do registro histórico restrita ao mecanismo digital, o qual, segundo Chartier (1994), impõe uma leitura linear, fragmentada e reduzida.

A discussão sobre a história do livro tem se amparado nos estudos de Chartier (1988, 1991, 1994, 1999, 2012), em particular nas seguintes obras: *A aventura do livro: do leitor ao navegador*; *O que é um autor?*; *O mundo como representação*, *Do código ao monitor*; *A história cultural: entre práticas e representações.* Nessas obras, o autor discute sobre as práticas de representação do livro ao longo do tempo, as formas de produção, circulação e consumo, refletindo ainda sobre as condições e intencionalidades no processo de confecção do livro. Reflete ainda sobre a materialidade do suporte, atribuindo a ele as condições basilares para a sua apropriação.

André Belo (2008), com o livro História & livro e leitura, questiona quais as mudanças que a tecnologia digital imprime na comunicação entre os indivíduos e alerta para as transformações ocorridas no modo de produção do recurso bibliográfico, em especial com a projeção do homem tipográfico da Era de Gutenberg. O autor também reflete sobre a comédia humana no processo de produção e circulação do livro numa perspectiva histórica. Darnton (2003), por sua vez, no ensaio O que é história do livro? revisitado, tem a oportunidade de corrigir algumas lacunas deixadas na primeira edição desse texto relacionada ao circuito da comunicação. Ele faz uma importante consideração sobre o nascimento do livro com o homem tipográfico ou na Era de Gutenberg, mas sem abarcar os suportes produzidos antes do século XV, como há três milênios antes de Cristo, ou os recursos informacionais da contemporaneidade, como os recursos eletrônicos de natureza diversas. Em tempos remotos, qualquer recurso poderia ser utilizado como suporte do escrito, a exemplo das folhas de palmeiras, carapaças, conchas, sementes, tabuinhas de argila, pedras, cera, dentre outros. Portanto, de que forma essas materialidades condicionam os modos de relacionar com o escrito (postura, tipo de leitura, tipo de relacionamento com texto, poder rabiscar, comparar passagens, por exemplo).

Para o entendimento das propriedades do documento em papel e da sua relação com o texto digital, recorremos aos estudos de Botosso (2011), que pontuam a importância do cheiro, cor, textura e de como essas condições podem influenciar a leitura e compreensão dos textos. Por outro lado, apresentamos os desafios advindos dessas condições da materialidade e a forma como a biblioteconomia tem auxiliado os processos de representação descritiva da informação, assegurando aos pesquisadores a percepção do documento original ao ter acesso apenas aos documentos digitais.

Dessa forma, pensamos que o historiador, na sua prática historiográfica, não se debruça apenas no conteúdo. O suporte é essencial. Portanto, nesta dimensão, atenta-se, por um lado, às estratégias de escrita e às intenções dos autores, que estão sob a competência do autor, e, por outro lado, aos dispositivos que resultam das decisões do editor/tipógrafo e aos recursos disponíveis no mundo tipográfico. O leitor, aqui entendido como o historiador que procura entender o seu objeto de estudo inserido em uma materialidade específica, opera a partir da produção de sentido do que ler e da composição do texto. Para tanto, é necessário estabelecer a conexão

entre as dimensões textuais que servem de suporte e a prática que dela se apodera (Chartier, 1988), ou seja, esses modos como o texto pode ser manejado, apreendido e compreendido. Nessas circunstâncias, bibliotecários e arquivistas, principalmente, têm um papel preponderante para mediar essa percepção no que se refere à descrição da materialidade acessível em meio digital de forma remota.

2 Materialidade e transformações do escrito

No mundo tecnológico, a pesquisa histórica se impõe como um desafio e como oportunidade que tem impactado de forma positiva e, também, negativa a operação historiográfica. A crença no objeto digital, que favorece a circulação das informações-fonte, acarreta uma análise direta do conteúdo, desprezando a materialidade do objeto a ser investigado. Por outro lado, ocasiona a cômoda possibilidade de acesso aos conteúdos. No entanto, os aspectos relativos às propriedades genuínas da documentação não são enfatizados ou descritos pela equipe responsável pelo processamento da informação em fonte digital.

Em vinte anos de pesquisa, deparamo-nos com algumas limitações na documentação digitalizada. Temos utilizado os repositórios institucionais, locais e nacionais, criados para armazenar, preservar e disponibilizar, de forma gratuita, amplas quantidades de documentos históricos[4]. As hemerotecas digitais agregam jornais e revistas principalmente. Temos visto uma falsa crença na funcionalidade e confiabilidades nesses dispositivos, que oferecem serviços e produtos que, de alguma forma, têm suprido às necessidades investigativas dos pesquisadores na localização dos termos previamente definidos, na recuperação da informação de forma rápida, no acesso remoto ao documento, no acesso aberto e na possibilidade de navegar em uma massa documental ampla e variada[5].

Por outro lado, os detalhes da sua descrição, as especificidades e as características específicas da natureza física do documento não ficam evidentes. Isso nos faz pensar na prática biblioteconômica em relação aos processos de representação descritiva, em que as informações são extraídas do documento para garantir uma representação mais próxima do original possível e que ainda não tenha

[4] Dentre as principais limitações podemos listar: disponibilidade: páginas podem ser removidas ou ficar indisponíveis; dependência de conexão; digitalização incompleta; qualidade da digitalização.

[5] Esta é uma constatação decorrente da nossa prática investigativa no Núcleo de Estudo em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL).

sido colocada em prática. Embora o conteúdo seja importante, ele só poderá ser plenamente consumido ou recepcionado se considerar a materialidade e o suporte no qual a informação é transmitida.

Pensando nisso, perguntamos: de que forma essas características podem ser descritas no processo de descrição documental? Há alguma vantagem na descrição documental ao registrar as propriedades organolépticas de um documento com valor histórico ou informativo? A identificação desses elementos pode acrescentar aproximações sobre os usos, produções e intenções dos sujeitos envolvidos na trama histórica? Será que essas informações podem evidenciar os mecanismos que atestam não apenas a autenticidade, mas também as propriedades inerentes ao documento não digital, como a confiabilidade e a credibilidade da fonte de pesquisa? Como se dá a captura e o armazenamento? De que forma se faz o processamento técnico que garanta não apenas a análise temática do documento, mas a sua correspondência com o suporte do escrito?

As propriedades organolépticas, como a cor, o brilho, a luz, o odor, a textura, o som e o sabor, segundo Souza (2025) e Botosso (2011), podem ser percebidas pelos sentidos humanos. Esses elementos realçam a integridade do documento e atestam também a vulnerabilidade relativa à integridade e originalidade do impresso ou manuscrito. As folhas amareladas, a incidência de poeira sobre o papel, a textura das páginas amarrotadas ou picotadas, com rabiscos ou assinaturas; ou mesmo o mofo definem uma época e os usos que se fizeram da e na fonte histórica, sinalizam a tramitação do documento, os órgãos responsáveis pela salvaguarda do documento e as operações para a sua recuperação e preservação, incluindo as intervenções de restauração, encadernação e, em menor escala, os vestígios de leitura, como os rabiscos, sublinhados, apontamentos marginais deixados pelos leitores. Castellanos (2017)também assevera sobre a escolha ou proposta de renovação dos livros escolares na província do Maranhão, tendo a textura e a cor do papel como princípios básicos a serem obedecidos: “Outra possibilidade está nas exigências do higienismo que se institui a partir do último quartel do século XIX [...] protocolando exigências a cumprir, entre elas: o tamanho das letras, a cor especifica do papel impresso – não podendo ser branco e definindo a sua textura [...]” (Castellanos, 2017, p. 276).

O olhar retrospectivo sobre a história do livro possibilita entender os suportes informacionais utilizados como base material ou matéria-prima para a produção

bibliográfica no tempo antigo e na Idade Média, como a argila, com os livros em placas; o papiro e o pergaminho, em formato de rolo ou códice; o emprego de técnicas de confecção da capa e detalhes específicos no próprio documento, como as capas de madeiras e iluminuras com minerais. Ainda que se saiba da importância da preservação do documento ou do patrimônio histórico bibliográfico, muitos desses registros, ao migrarem para uma nova mídia, indicam o descaso pela antiga e a confiança exacerbada no dispositivo mais atual. Essa é uma preocupação que tem abalado o fazer historiográfico, uma vez que

> O significado do texto, seja canônico ou comum, depende das formas que o tornam possível de ele, ou seja, das diferentes características da materialidade da palavra escrita. Para objetos impressos, isso significava o formato do livro, o layout da página, como o texto está dividido, se havia ou não imagens incluídas, convenções tipográficas e pontuações (Chartier, 2012, p. 20).

Além disso, há outras desvantagens em relação ao documento digitalizado. A proveniência é um princípio da arquivística, que visa assegurar a junção dos documentos em séries e fundos próprios. No processo de digitalização, muitas vezes, a recuperação do documento é aleatória. O pesquisador se descuida do ato de recuperar a informação em sua totalidade, circularidade e organização. Chartier (1994) alerta que, na leitura em tela, "[...] a percepção de obras como obras torna-se mais difícil. Ler em uma tela de computador é geralmente uma leitura descontínua que usa palavras-chave ou pistas temáticas para encontrar fragmentos desejados [...] sem ter a totalidade textual da qual ele é extraído". O autor complementa:

> A descontinuidade e a fragmentação da leitura não têm o mesmo significado quando são acompanhadas por uma percepção da totalidade textual contida pelo objeto escrito e quando a tela iluminada que nos possibilita ler fragmentos de escritos não mais exibe os limites e a coerência do corpus do qual são extraídos (Chartier, 2012).

Isso também interfere na interpretação. Saber que um registro histórico fora guardado em conjunto com outros documentos possibilita identificar intencionalidades e intervenções humanas no ordenamento dos registros documentais, impondo uma leitura e relações limitadas e associativas. Botosso (2011) também alerta para o respeito aos fundos e séries. A materialidade se impõe e, com ela, as operações historiográficas se adequam às limitações do novo suporte.

Muitos pesquisadores têm se amparado nas fontes do patrimônio histórico bibliográfico em formato digital, condição que enfraquece ou minimiza as

possibilidades de interpretação e de relações entre os acontecimentos. São pistas inerentes à própria documentação que limitam a atuação precisa e pertinente da investigação, características genuínas da natureza da fonte que podem favorecer aproximações plausíveis na escrita histórica e que não estão expressas no documento digital. No entanto, Chartier (2012, p. 22) explica que:

> A percepção do todo deve ser apreendida. A passagem do rolo para o códice foi uma revolução extraordinária: comparar passagem de um texto agilizou o processo cognitivo de análise, comparação, consulta além das possibilidades que o leitor passa a ter, anotar, comentar, comparar, ler.

Os documentos têm uma personalidade genuína: o cheiro, a cor e a textura são características intrínsecas ao suporte que não são contempladas quando as informações de uma fonte tradicional (no nosso caso, os manuscritos e impressos no seu formato nato) migram para um dispositivo eletrônico. Quando um arquivo manuscrito ou impresso é convertido em formato digital, há a mudança na sua materialidade, passando a uma nova condição e, portanto, à indução de uma nova forma de se relacionar com a fonte.

Os efeitos das mudanças na materialidade ou dispositivo cultural dizem respeito às novas formas que o leitor historiador assume ao se relacionar com o livro ou documentos impressos, pois, "[...] embora o livro impresso tenha herdado as estruturas básicas do livro manuscrito [...], qualquer que fosse a técnica para produzir ou reproduzi-lo) propunha inovações que modificavam profundamente a relação do leitor com o material escrito" (Chartier, 2014, p. 113). Passa, então, a ser uma cópia e esta precisa garantir a autenticidade e confiabilidade relativa ao conteúdo e à proveniência. Além disso, os autores explicitam que, além dessa preocupação, as propriedades organolépticas são perdidas e consideram-se imprescindíveis para o tratamento da fonte histórica.

Sobre isso, Chartier (1988, 1991) considera a importância da materialidade da fonte. A cópia digital se institui como uma nova materialidade. Os autores criticam a forma de recuperar a informação nas fontes digitais, "sobretudo a busca nominativa", já que ocasiona uma falsa impressão de totalidade da recuperação, algo que pode negligenciar muitos termos não escolhidos ou usados na pesquisa (Almeida, 2011).

Essa materialidade da fonte escrita é utilizada como registro da ação humana sobre a terra. A forma de se registrar mudou e continuará mudando (Belo, 2008), já que o avanço tecnológico não irá sucumbir ou retroceder. Importa, desta forma,

registrar as características físicas do suporte, aspecto que pode servir para inúmeras interpretações sobre o período histórico, sociedade, modos de produção, consumo, modos de fazer e de ser.

A mudança tecnológica é uma característica da humanidade, que evolui e emprega formas mais “fáceis” de executar ou produzir tarefas, sucumbindo, assim, a possibilidade de que outras tecnologias sejam postas em circulação. “Há o triste prejuízo entre nós reinante” de não preservar os registros antigos, para utilizar uma expressão de Antonio Lobo (1901), ao se referir à oferta ou ao incentivo à educação e leitura feminina no Maranhão no limiar da República. Essa reflexão ressalta a importância de se preservar os suportes passados, sem desprezar o seu contexto e sem medir o seu simplificado arbitrariamente segundo os usos e costumes atuais. É preciso ressaltar que todos os suportes existentes tiveram o seu lugar de destaque e já foram inovadores em determinado contexto histórico (Castro; Silva; Castellanos, 2011).

Com a confiança nas inovações tecnológicas, houve a predominância ou a crença no objeto editorial impresso no século XV. Febvre e Martin (2019), no livro o *Aparecimento do livro*, defendem a mudança nos processos de produção do livro manuscrito e do livro impresso. Apesar de Darnton (2008) discordar dessa afirmação, pois, para esse autor, a forma do livro já existiu antes de Gutenberg, tendo sido mantida a mesma noção do que era o livro, este configura-se como uma junção de cadernos, encadernados e protegidos por uma capa, com margens, páginas. A cultura de preservar os suportes do pensamento não se manteve antes e nem se mantém agora, pois a preocupação com a conservação do conteúdo sempre foi fruto da produção intelectual do autor. A materialidade é simplesmente ignorada ao se copiar para novas mídias. O original, que deveria ser preservado, é esquecido, como se a produção de sentido fosse possível ainda que dissociada da sua materialidade. Como já dito, “as formas produzem sentido” (Chartier, 1991, p. 179).

Em *A aventura do livro,* Chartier (1999) caracteriza o livro pela forma, circulação, periodicidade, abrangência geográfica, modalidade de produção e de formatos. A primeira característica abrange o aspecto formal e técnico de composição tipográfica, considerando as zonas materiais e espaciais: o tipo de letras, a qualidade do papel, o tamanho ou dimensões da obra, o destaques tipográficos e/ou artísticos, o valor da obra, a abertura de seções, as páginas, as dedicatórias, as recomendações,

a marca do editor ou do tipógrafo; a segunda corresponde à circulação, que abrange as modalidades de aquisição do documento: compra, doação, permuta, cópia, empréstimo e descarte. Quanto à saturação da obra, essa característica diz respeito à degradação física do documento, fruto da ação biológica, química ou física: deterioração, conservação e nitidez. Em relação à abrangência geográfica, esta trata do local, estadual, ou nacional ou mesmo obras internacionais. A periodicidade pode ser monográfica (edição, volume, tiragem, cópia, original) ou periódica (diário, semanal, quinzenal, mensal, anual ou publicação contínua). Quanto às modalidades de produção, os livros podem ser manuscritos, impressos ou digitais – técnica de registro conforme o seu porte). Já quanto à modalidade de formatos, essa característica está em conformidade com os suportes de escrita: argila, papiro, pergaminho, papel ou eletrônico. Na pesquisa histórica, essas materialidades impõem o estudo da produção de sentido, já que "[...] esta encarnação do texto numa materialidade específica carrega as diferenças interpretações, compreensões e uso de seus diferentes públicos" (Chartier, 1999, p. 18).

Os historiadores da história do livro, da leitura e das bibliotecas têm se ocupado em entender como em diferentes épocas se produziram e reproduziram livros, seu processo de distribuição, circulação e consumo. Na perspectiva historiográfica, os escritos mostram e demonstram que pouco se ateve à sua preservação ou conservação. Ainda mais quando se sabe que, independentemente do período ou Era, os suportes utilizados para gravar informações são deterioráveis, ainda que estejamos falando dos dispositivos digitais, que se tornam obsoletos por não serem incorporados a outras mídias. Para Almeida (2011, p. 16),

> os documentos digitais têm como características a dissociação entre o suporte físico e o seu conteúdo informacional. Sendo assim, é possível o descarte do suporte físico e a manutenção de seu conteúdo em um novo suporte. A evolução extremamente rápida da tecnologia informática torna os suportes físicos de informação obsoletos em um curto espaço de tempo.

Alguns dos motivos da não proteção e salvaguarda dos materiais bibliográficos num contexto histórico podem ser destacados, incluindo a falta de noção, principalmente dos gestores públicos, do que vem a ser um documento e a importância dele, que não garantem a efetividade no cumprimento de leis (ressalta-se que, na época atual, essa noção também ainda não se concretizou. Muitos documentos históricos são penalizados pela falta de implementação de políticas de

preservação ou conservação do documento original. Há a preocupação restrita de elaborar cópias em outros formatos e a não preservação, ainda que não intencionalmente, do documento nato). Outro motivo é a efemeridade do suporte, pois a argila, papiro, pergaminho (ou mesmo o suporte eletrônico) são facilmente destruídos quando submetidos a fenômenos naturais – terremotos[6], enchentes; ou humanos – guerras, incêndios e invasões[7], ou mesmo ao fato de darem ênfase às cópias geradas em formatos atuais ou consideradas inovadoras, subestimando os originais, por acharem atrasadas ou ultrapassadas. Isso também acontece no período atual, quando a digitalização de textos de documentos históricos, tendo em vista a sua degradação causada pela influência dos agentes físicos (luz, radiação ultravioleta, lâmpadas fluorescentes), química (poeira, umidade, gases) ou biológica (microrganismos, baratas, brocas, cupins, traças), se impõe como urgente e como solução necessária para evitar a extinção.

No entanto, esse processo de transposição de originais em cópias – rolo, pergaminho, manuscritos ou impressos e eletrônico – não é a única solução e acaba acarretando outros problemas de cunho prático e teórico, principalmente quando está em jogo a interpretação historiográfica, em que a materialidade se impõe como transmissora de significados, conforme alerta Chartier (1991, p. 181): "[...] não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor".

Em virtude dessa falta de cuidado ou mesmo de noção da perda da informação, muitos dos registros ao longo do tempo foram perdidos, saqueados, roubados, queimados, mandados jogar fora, abandonados. No final do século XIX, mais precisamente em 1894, encontram-se registros de que muitos livros da biblioteca pública do Maranhão foram atirados na fogueira e queimados pelo simples fato de não terem onde abrigar a biblioteca. Dessa forma, no momento do transporte em carroças,

---

6 A origem da Biblioteca da Ajuda remonta ao século XV, e era conhecida como Biblioteca Real, sua antiga designação. Instalada desde o século XVI (?) no torreão poente do Paço da Ribeira, foi substancialmente enriquecida por D. João V, vindo a perder a maior parte do seu riquíssimo espólio no terramoto de 1755, após o que se procedeu à sua reinstalação em casas anexas ao Paço de Madeira (Real barraca), na Ajuda. Biblioteca da Ajuda. Disponível em: https://bibliotecaajuda.bnportugal.gov.pt/apresentacao.htm. Acesso em: 17 abr. 2025.

7 A Biblioteca de Alexandria sofreu um grande incêndio no ano de 48 a.C., quando o imperador romano Júlio César mandou atacar a cidade. No século II, Alexandria também sofreu rebeliões populares que acabaram por destruir o seu patrimônio. Biblioteca de Alexandria. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/biblioteca-de-alexandria/. Acesso em: 17 abr. 2025.

muitas obras eram roubadas, perdidas. Triste realidade quando outros casos semelhantes ao da biblioteca do Maranhão vem à tona no tempo presente (Castro; Silva; Castellanos, 2011).

Febvre e Martin (2019) apresentam um estudo substancial sobre o aparecimento do livro. Nessa obra, os autores destacam o processo e etapas realizadas pelos tipógrafos para a confecção dos primeiros impressos conhecidos por incunábulos. Ressaltam também a perda dessas obras que, na época de seu nascimento, não tinham a evidência da sua riqueza. Os incunábulos são considerados obras raras por ser possível identificar os primeiros erros tipográficos, tipos móveis utilizados para a impressão, qualidade do papel, tamanho, especificações editoriais próprias da época, a exemplo das letras capitulares, notas, capa e iluminuras, que eram serviços contratados e manufaturados por especialistas ad hoc.

O que foi feito desses objetos? A resposta simples nem sempre incomoda: o tempo apagou! Continuaram a imprimir ou produzir cópias com melhores acabamentos. Textos mais legíveis, folhas e encadernação com os aperfeiçoamentos atuais dão o tom novo e faz distinção entre o retrógrado e o atual. Esse velho nem hoje e nem outrora é visto como algo em que se tenha que empregar esforço, tempo e recurso na sua manutenção. Por isso, o tempo é a melhor explicação para o não tratamento e pelo zelo das publicações. A cópia, fruto de sucessivas transformações e evolução tecnológicas, também apaga a importância do documento original.

A certeza de que a publicação em massa garante avanço às obras é uma premissa que não tem se firmado. Obras são perdidas, deterioradas ou mandadas queimar como ocorreu com o acervo da biblioteca do Maranhão no final do sec. XIX. No entanto, ainda nos perguntamos o que se tem feito, além de leis, portarias e diretrizes para garantir a preservação e o acesso ao bem cultural escrito. Uma das opções atuais são os processos de digitalização de acervos manuscritos ou impressos disponíveis nos arquivos públicos ou bibliotecas.

Existe, de fato, um movimento que tem tentado minimizar os impactos da destruição do patrimônio bibliográfico educativo, seja com a guarda e a proteção, seja adotando ou convertendo o acervo manuscrito ou impresso em uma nova materialidade acessível em ambiente virtual. Da mesma forma que os nossos antepassados não puderam garantir a sobrevivência dos suportes tradicionais, da

mesma forma os documentos digitalizados precisam garantir a sua sobrevivência e ao mesmo tempo, garantir a preservação do acervo original.

Apesar disso, há outros aspectos que também influenciam as práticas historiográficas, já que o documento histórico tem personalidade: quando analisamos uma fonte histórica, estamos interessados não apenas no seu conteúdo, ou, melhor dizendo, mas também onde o objeto de nossa intenção de pesquisa circula. Dessa forma, o historiador também se ocupa desses aspectos que, aparentemente, não parecem ser relevantes, porém, pesquisas comprovam a importância da materialidade na recepção e consumo da informação em análise[8]. De acordo com os estudos de Chartier (1988, 1991, 1994, 1999, 2012), fica o questionamento: que relações o historiador estabelece com o passado? De que forma essas relações podem ser estabelecidas?

A materialidade da obra não é descrita apenas nos aspectos formais, como capa, elementos pré-textuais e pós, formato, tamanho e ilustração. Além disso, os tradutores mobilizam o seu repertório textual e os editores estruturam a obra conforme a acessibilidade do público-alvo. Os revisores e redatores pontuam, substituem palavras, atribuem outras, inserem notas e adequam a linguagem ao público-alvo, mantendo o mesmo significado ao texto induzido. Já os copistas e os censores também deixaram as suas marcas nos textos, atuais, convertidos em fontes históricas (Chartier, 1999, p. 12).

Segundo esse autor, garantir a fidedignidade, autenticidade e integridade do documento é de suma importância. O historiador se debruça na documentação confiando na veracidade do documento e na certeza de que a digitalização concluiu o processo na sua totalidade, sem parcialidade e garantindo a legitimidade das informações, sem omissões ou interpolações. A descrição bibliográfica também deve garantir uma fiel descrição, possibilitando ao pesquisador acesso aos elementos constitutivos da fonte, assim como estado de conservação, tipo de deterioração, textura do suporte, mudanças na coloração do papel, proveniência, série e fundo documental ao qual o acervo ou item pertente.

[8] Podemos destacar as produções de Chartier (1988, 1991, 1994, 1999, 2012).

3 Pesquisa histórica e as limitações do mundo digital

De acordo com Brasil e Nascimento (2020), é cada vez mais frequente a presença de ferramentas digitais nas relações sociais, econômicas ou educativas. No campo historiográfico, a presença dos recursos digitais não é diferente. São acervos digitalizados, criação de hemerotecas e repositórios institucionais que oferecem recursos informacionais sobre o patrimônio histórico bibliográfico educativo aos pesquisadores de forma remota, incluindo documentos importantes, como relatórios de Presidente de Província, que apresentam em suas seções dados sobre a instrução pública, ações do governo, orçamento; leis e regulamentos sobre a criação de escola e ordenamento do campo escolar; cadernos e livros escolares, dentre outros objetos da cultura material escolar.

Ferramenta digital é um instrumento ou recursos que utilizam as novas tecnologias para integrar imagem, som e texto, de modo a auxiliar uma atividade e garantir flexibilidade, integração, conectividade e confiança. A feitura de acervos bibliográficos ao longo da história humana passou por várias transformações e, segundo Chartier (1994), Belo (2008) e Darnton (2008), essas mudanças sempre irão ocorrer. No tempo antigo, estudos mostram o uso de suportes, hoje inimagináveis, como as folhas de palmeiras, carapaças, sementes, argila, mel, dentre outros instrumentos típicos de épocas mais remotas. O desenvolvimento desses materiais se deu em decorrência, principalmente, da disponibilidade de recursos naturais na região. A migração para outros meios ocorreu de forma gradual, sendo parte do processo evolutivo, de mudanças, oportunidades e investimentos. Tais investimentos possibilitaram a produção do livro (papiro ou pergaminho) como algo que revolucionaria o formato do livro em rolo ou códice. De acordo com Darnton (2008), mais recentemente, a emergência dos suportes digitais tem imposto formas específicas de se relacionar com o texto por meio de uma tela.

De acordo com Almeida (2011, p. 19), “[...] os documentos digitalizados são aqueles que resultam do trabalho de digitalização da documentação tradicional já existentes”. Essas características apresentam-se como vantagens aos escritos originais, uma vez que o item pode ser acessado remotamente, com variados gêneros textuais, possibilitando conectar informações por meio da interoperabilidade entre os sistemas. A mudança da forma física para o digital desafia os historiadores a

repensarem a maneira como “[...] pesquisam, escrevem, apresentam e ensinam sobre o passado” (Almeida, 2011, p. 19). Essas são mudanças significativas que impõem adequações ao pesquisador e que podem ser assessoradas pela descrição minuciosa ou detalhada da fonte.

Sobre as vantagens da mídia digital, Almeida (2011) cita sete características positivas: capacidade, acessibilidade, flexibilidade, diversidade, maniputabilidade, interatividade, hipertextualidade ou não linearidade:

a) capacidade de armazenamento – condensam grande quantidade de dados em pequeno espaço;
b) acessibilidade *on-line* – acesso ilimitado, variado público;
c) flexibilidade – combinação de imagem e imagem em movimento, som e textos;
d) diversidade - variedade de recursos e temáticas disponíveis;
e) maniputabilidade - possibilidade de recortar, colar, remontar o texto;
f) interatividade - promove a comunicação síncrona;
g) hipertextualidade ou não linearidade - o leitor navega pelo texto.

Por outro lado, há desvantagens significativas que moldam o modo de ver e utilizar o registro histórico, tornando o documento não confiável: em um ambiente virtual não controlado, inúmeros problemas são frequentes, como a efemeridade, legibilidade, qualidade, passividade e inacessibilidade. Logo, “O mundo digital é um mundo de fragmentos descontextualizados, justapostos e indefinitivamente recompostos, livres de qualquer necessidade ou desejo de compreensão da relação que os inscreve dentro das obras das quais foram extraídas” (Chartier, 2012, p. 124).

Um dos desafios do século XXI em relação à pesquisa histórica em ambiente *on-line* é garantir a preservação e o acesso contínuo a documentos. A recuperação da informação é permeada de certezas e incertezas. Quando localizamos itens informacionais sobre um objeto de pesquisa, fazemos uma descrição do conteúdo e a catalogação da fonte. Nessa catalogação, procuramos ser o mais sensível possível. Sensível aqui se refere à descrição minuciosa dos dados para posterior identificação e tratamento das informações conforme a forma, estrutura, frequência e dispositivo encontrado. A descrição minuciosa é necessária, pois, embora saibamos que os registros estão disponíveis, não sabemos, por outro lado, até quando estarão.

Em meio ao avanço tecnológico, contraditoriamente, há uma dificuldade técnica que precisa ser considerada na disponibilização de um documento em meio digital, caso a plataforma não assegure a preservação digital: os documentos podem ser perdidos, não resgatados em pesquisas futuras. Para isso, a operação historiográfica se adequa às exigências e às carências do próprio contexto de pesquisa na internet.

Iniciativas como as do Núcleo de Estudo e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL) têm se preocupado com a pesquisa em fontes históricas disponíveis em meio virtual. A maior preocupação se refere à preservação digital: processo de gestão organizacional que abrange várias atividades necessárias para garantir que um objeto digital possa ser acessado, recuperado e utilizado no futuro a partir das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) existentes na época e com garantias de autenticidade (Gracio; Fadel; Valentim, 2013, p. 113). Muitos documentos disponíveis em determinada época, em uma nova pesquisa, podem não estar acessíveis.

Souza (2025) explica que, apesar dos benefícios das mídias digitais em ambientes virtuais, os textos em ambientes digitais têm como características a efemeridade, perdas rápidas, rápida produção, dinamicidade para evitar a perda da documentação. Discentes de Biblioteconomia têm se empenhado na descrição das informações na fonte pesquisada, focando não apenas no conteúdo, mas também na materialidade do objeto. São dos quadros descritivos que se extraem ou se atribuem as informações representativas do documento: tipo de fonte, suporte, se impresso, manuscrito ou digital, meios de acesso, número de páginas, colunas, elementos da paratextualidade, autor, identificação de erros, lacunas, rasuras, assinaturas, dedicatórias. A intenção de criar quadros descritivos é para auxiliar o trabalho do pesquisador, com dados que, muitas vezes, são desprezados durante o processo de digitalização do documento.

Com o estudo das propriedades organolépticas, a intenção é de agregar mais valor ao trabalho que tem sido realizado no NEDHEL e, quem sabe, possibilitar uma relação mais próxima do estudo em foco. Há recomendações técnicas sobre os requisitos mínimos para a preservação digital instituídas pelo Open Archival Information System – OAIS:

a) manter uma política de preservação, com princípios, diretrizes, objetivos, métodos definidos;

b) garantir a fidedignidade, autenticidade, integridade e funcionalidade integral;
c) manter o contexto – salvaguarda das dependências de soft e hardware específicos que definem o objeto digital a partir das razões para a sua produção e seus modos de distribuição, e pelas relações com os demais objetos padrões e formatos abertos;
d) manter a proveniência – identificação da origem ou fonte do objeto digital, sua cadeia de custódia e o detalhamento da história de alteração ocorrido através dos metadados para a preservação digital.
e) manter a recuperação – implantação e revisão assídua de uma política de backup ou cópia de segurança que preze a replicação do objeto digital em objeto físico separado e o uso combinado de diferentes tipos de tecnologias de armazenamento, assegurando o acesso e a restauração confiável, íntegra e segura dos dados. Manutenção em longo prazo e de modo sustentável (Barbedo; Corujo; Sant'Ana, 2011).

Segundo esses autores, garantir a fidedignidade, autenticidade e integridade do documento é de suma importância. Se o historiador se debruça na documentação e confia na veracidade do documento, a digitalização concluiu o processo na sua totalidade, sem parcialidade, e garantiu a legitimidade das informações, sem omissões ou interpolações. A descrição bibliográfica também deve garantir uma fiel descrição, conferindo ao pesquisador acesso aos elementos constitutivos da fonte: estado de conservação, tipo de deterioração, textura do suporte, mudanças na coloração do papel, proveniência, série e fundo documental ao qual o documento pertence.

4 **Descrição física e notas em documentos digitais:** entre omissões e cuidados do bibliotecário

Para a explicar e ilustrar a discussão do objeto na sua materialidade e identificar os procedimentos técnicos de uso dos bibliotecários que existem para garantir a representação da manifestação da obra, é necessário evidenciar a natureza do item e o público ao qual se destina para poder codificar fidedignamente em uma linguagem documentária as especificações da unidade a ser descrita. No nosso caso, sinalizamos a documentação geralmente utilizada pelos historiadores e que estão disponíveis em meio digital, principalmente em repositórios institucionais, acervo

incluído nas seções de obras raras e nas hemerotecas, tendo em vista o seu valor histórico ou probatório.

Em primeiro lugar, consideramos que livro corresponde ao entendimento dado por Chartier (1994) e Darnton (2008) a partir da obra *O aparecimento do livro*, que o define como um conjunto de folhas juntadas, encadernadas, paginadas e protegidas por uma capa. Suas características podem ser descritas em função da sua manifestação e de seus atributos. Por manuscritos, entendemos que são escritos feito à mão ou datilografados. As inscrições podem ser feitas em tábuas de argila, pedra, pergaminho, papiro ou outro suporte, podendo ser também cópias produzidas por computador (Ribeiro, 2009). Esses tipos de documentos servem a pesquisadores que se debruçam em detalhes, em particularidades que têm sido deixadas de lado ao disponibilizar em formato digital a publicação impressa ou manuscrita do item. De acordo com o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) e do MARC 21, há uma área específica para a descrição física e de notas, sobre as quais iremos nos deter.

Embora saibamos da importância da materialidade, ao longo da nossa vivência na pesquisa histórica, temos nos deparado com lacunas e obstáculos não apenas no resgate ou recuperação da informação, mas, também, na ausência de detalhes específicos sobre o aspecto físico do suporte. Se a forma do documento interfere nos modos de assimilação do conteúdo, evidentemente a ausência dela também revela a fragilidade da pesquisa. Sobre isso, Fonseca (2007, p. 26, grifo nosso) acrescenta: “Embora considerando insuficiente a definição que o restringe a um conjunto de ‘cadernos impressos; temos de analisá-lo em sua *condição material e não apenas como instrumento espiritual’* como o chamou o grande poeta francês Stéphane Mallarmim [...]”, isso nos faz refletir sobre as aproximações, os entendimentos, as interpretações possíveis que se pode fazer a partir do formato em que o livro se apresenta.

Na investigação histórica, o conteúdo e a forma têm o mesmo peso. Se entendermos que isso é uma verdade, por que em muitos repositórios institucionais, responsáveis pelo resguardo e disseminação da informação, as transcrições estão resumidas ou pior, omitidas? Em sua grande maioria, os repositórios apenas anunciam ou sintetizam os dados de autoria ou responsabilidade, títulos e subtítulos,

local, editora, data e páginas. Quando apresentam as notas, se restringem a informar se inclui bibliografia.

Entendendo que o bibliotecário é o profissional responsável pelo tratamento dos suportes informacionais, segundo Mey e Silveira (2009, p. 1), o seu trabalho, “[...] em termos simples, consiste em organizar, tratar e disseminar conhecimentos registrados para diferentes universo de usuários, a partir dos interesses, demandas e potencialidades de cada um desses universos”. Esses sujeitos têm ao seu alcance instrumentos próprios que orientam o seu fazer profissional. São prescrições que orientam os requisitos para a descrição de documentos e, por isso, questionamos: por que a maioria das representações documentárias se limita a transcrever apenas o primeiro ou o segundo nível de transcrição? Por que a área de nota e de descrição física do documento são deixadas de lado?

Obra e item são conceitos utilizados como sinônimos. No entanto, é preciso distingui-los para garantir a fidelidade na descrição. Para Mey (2003, p. 7),

> [...] obra é um conteúdo intelectual ou artístico distinto, isto é, um conjunto completo de criação intelectual ou artística, ou registro do conhecimento, sobre qualquer suporte ou meio. Distingue-se do item, por ser este o suporte, ou meio que contém um ou mais conteúdos. Enquanto a obra é uma entidade abstrata, que pode reproduzir-se em diferentes suportes, o item é concreto, mesmo que virtual.

A obra pode ser representada sob diferentes formas de expressão: música, pintura, escrita […] e esta pode assumir a manifestação mais apropriada, conforme os interesses editoriais ou reprográficos e o público-alvo específico, podendo ser configurado como um livro publicado pela editora x ou y. O item se configura como o recurso disponível na biblioteca X. Embora esse entendimento pareça óbvio, temos nos deparado com o uso indistinto desses termos. Obra, expressão, manifestação e item têm os seus atributos próprios e, portanto, são anunciados em suas respectivas áreas.

É a catalogação ou representação descritiva que tem se dedicado a especificar, traduzir ou explicar as particularidades do documento. Para Ribeiro (2009, p. 119), “[...] a catalogação descritiva é quase inteiramente uma transcrição dos elementos que aparecem no item. Até mesmo erros de impressão ou outros, são transcritos como aparecem, sendo chamada de atenção através de acréscimo ou explicações”. Segundo Luccas e Seripierri (1995) e Ribeiro (2009), no processo de descrição

bibliográfica é necessário levar em consideração cinco aspectos basilares, a fim de garantir a autenticidade do documento:

a) Integridade refere-se à honestidade e fidedignidade na descrição. A descrição precisa ser fiel ao item. Informações duvidosas devem ser evitadas ou sinalizadas, informando inclusive dúvidas ou omissões. Essa é uma tarefa que deve ser realizada no ato da digitalização do item, uma vez que a obra digitalizada perde o contato com as características físicas do documento, negando ao historiador a necessidade de conferir *in loco* as especificidades do produto editorial.
b) Clareza no uso de termos adequados, conforme público-alvo, para garantir que os termos específicos ou gerais sejam compreensíveis ao leitor. De nada adianta o uso de uma linguagem rebuscada se esta não pode ser semanticamente compreendida. Deve-se distanciar-se de anacronismos.
c) Precisão significa evitar dubiedade, linguagem não confusa para que o leitor entenda precisamente o significado do termo descrito;
d) Lógica significa priorizar as informações que serão descritas por grau de importância, mantendo a sua padronização coerente à descrição;
e) Consistência é manter um padrão na descrição. Letras maiúsculas, negritos, entradas, notas, sempre descritas no mesmo lugar. Isso favorece a leitura e a identificação rápida, leitura técnica. No caso da ficha catalográfica, por exemplo, a área reservada à descrição física e de nota, de acordo com o AACR2 (5 e 7) e MARC 21 (3 e 5), respectivamente.

Neste estudo, não é nossa intenção situar o leitor sobre os códigos de catalogação ou de representação bibliográfica legível por computador. A intenção é chamar a atenção para as peculiaridades do item e destacar, dentre os atributos, a "área de descrição física e área de notas", algumas vivências sobre o ato investigativo do historiador, o qual, no dia a dia, se depara com lacunas e omissões (intencionais ou não) nos documentos digitais disponibilizados virtualmente pelas instituições de memória.

Da mesma forma, pretendemos chamar a atenção para uma dificuldade prática alertada por Chartier (1994), Belo (2008) e Darnton (2008), que é a passividade (não pretendemos ofender a prática desse profissional, apenas ressaltar que, em algumas situações, há pouco uso da área de nota) dos bibliotecários ao tratar o documento

histórico, descuidando-se do público-alvo a que se destina. Como já mencionado acima, muitos dos recursos disponíveis para a pesquisa restringem-se a uma sintética descrição. O historiador, por sua vez, precisa entender em qual item circula a informação e suas características peculiares, frequentemente omitidas ao converter o documento impresso em digital. Logo, é razoável que ele tenha acesso à integralidade do documento, permitindo uma compreensão mais completa da obra.

As minúcias mais recorrentes à descrição do item dizem respeito à colação: "[...] o termo diz respeito aos vários aspectos físicos que descrevem um livro tais como o número de páginas ou volumes, o material ilustrativo, e o tamanho" (Lehnus, 1971, p. 25). Como estamos analisando a representação descritiva de documentos históricos, temos de alertar que os códices eram nomeados pelo número de dobras que se faziam na folha: *in-plano* 1 vez, *in-folio* 2 vezes, *in-quarto* 4 vezes, *in-oitavo* 8 vezes, *in-sessenta* 7,5 de altura, folhas, ilustrações, tamanho em centímetro, milímetros, lâminas das ilustrações, dentre outros.

Por sua vez, a área de nota constitui "[...] qualquer aspecto ou características do livro [que] pode ser evidenciado ao leitor por intermédio de notas" (Lehnus, 1971, p. 28). As obras raras apresentadas sob a expressão - manuscritos, livros, periódicos - utilizam toda a manifestação como suporte para a descrição. A conformação das informações foi adequada à evolução do mundo editorial, utilizando, desta forma, apenas a folha de rosto ou verso da folha de rosto. Colofão como fonte principal de informação não é suficiente para garantir a integridade e integralidade das informações. Em notas, o bibliotecário tem a liberdade de registrar informações como a cor e a textura, ou mesmo o odor, singularidades que podem evidenciar níveis de deterioração e usabilidade do documento, ou generalizar práticas de conservação ou omissão dela. No caso do cheiro, essa característica revela que o documento pode estar inacessível para consulta e que sofre com alguma indisposição de agentes físicos, biológicos ou químicos.

Em segundo lugar, podem ser registrados os autógrafos, assinaturas, rabiscos, anotações ou dedicatórias de personalidades do campo cultural, econômico ou político. Esses elementos, ao serem comparados às particularidades do item, podem se associar ao formato e às qualidades editoriais do proprietário ou do trâmite do documento. Um exemplo disso pode ser visualizado na obra de Belo (2008), que trata da literatura de colportagem e da literatura de cordel, direcionadas aos sujeitos com

menor poder aquisitivo. A encadernação era feita com folhas mais simples e o conteúdo resumido, revelando a estratificação social. Nesse tipo de literatura, é possível, segundo Darnton (2008), estabelecer uma sociologia do texto, ou seja, entender de que forma as ideias repercutem na sociedade por meio da materialidade que circula em determinados espaços, tempo histórico e classe social.

Interessante situar que uma mesma obra (História do Livro, de Chartier) pode assumir diferentes expressões (Pintura, Escultura, Arquitetura, Música, Literatura, Dança, Cinema, Fotografia, Histórias em Quadrinhos, Jogos Eletrônicos, Arte Digital dentre outros) e manifestações (relativo a uma publicação e encadernação específica, capa, cores, fontes, espaçamento, editora, ilustração e demais características tipográficas, mas dependente das escolhas da equipe editorial, a exemplo do livro *História do livro*, publicado pela editora x); por sua vez, o item será o objeto (documento individualizado) que será descrito. É o item que o bibliotecário utilizará como base para detalhar a área de descrição física e de notas.

A dimensão reduzida do formato (aproximadamente 9 polegadas, *in oitavo*) pode influenciar significativamente a experiência do leitor. A limitação dos espaços de margem pode restringir a inclusão de anotações do leitor ou notas editoriais, comprometendo a interação com o texto. Além disso, o tamanho da fonte e o espaçamento entre linhas em formatos compactos podem afetar a ergonomia da leitura, especialmente para leitores assíduos. A redução desses elementos pode induzir a fadiga visual, enquanto um formato ampliado (*in quarto*, com 12 polegadas) otimiza e potencializa a compreensão do conteúdo.

Encontramos algumas notas designadas nos documentos recuperados da BN, APEM e BPBL. Dessas instituições, identificamos uma descrição um pouco mais detalhada da documentação avulsa no acervo da APEM. A área de descrição física, assim como as demais instituições, apresenta apenas os detalhes de páginas ou folhas e tamanho do item, em sua maioria. Já na seção de notas, encontramos informações sobre: texto manuscrito, datilografado, cópia, cópia carbono, fotocópia, transcrição, impresso por computador, revisão, adaptação, continuação, público-alvo, restrições sobre o uso, obras restauradas, notas manuscritas nas margens, notas combinadas relativas ao original, modalidade de acréscimo, preço, periodicidade. Essas informações remontam a um tempo, a um tipo de tecnologia disponível e a

habilidades de sujeitos dedicados a fazer circular um certo conteúdo informativo, noticioso ou difamatório.

Por outro lado, a partir da observação nos detalhes propostos ou praticados pelas instituições mencionadas acima, constata-se uma inconsistência no anúncio das notas. As informações, em sua grande maioria, são esparsas, refletindo uma falta de padronização, integralidade, consistência e lógica. Vale lembrar que o bibliotecário deve ser sensível ao processo de catalogar os itens informacionais. O olhar preciso e a destreza na identificação dos detalhes qualificam o documento e o tornam único, gerando, por sua vez, aproximações e possibilidades ao historiador que não tem mais acesso ao documento original.

Devemos pensar, neste sentido, na condição imposta pela pesquisa histórica em ambiente digital e em possibilidades dinâmicas para que o historiador apreenda a obra independentemente do item acessado.

5 Conclusão

A discussão em torno da pesquisa histórica em ambiente digital, associada à representação descritiva atribuída ao bibliotecário, revela uma relação que precisa ser mantida. O bibliotecário, ao se dedicar ao trabalho de processamento técnico, precisamente à documentação histórica, precisa aguçar uma sensibilidade que lhe dê noção das peculiaridades físicas do documento, bem como do público-alvo a quem o item é destinado.

Algumas constatações podem ser depreendidas a partir dessa associação: primeiro, fica evidente a importância da materialidade nas pesquisas históricas. De fato, sem ela, o historiador tem a sua experiência limitada àquilo que está ao seu alcance. A criatividade científica não pode ser explorada. Há, posso dizer, um condicionamento na forma de interpretar o conteúdo exposto.

Outra observação diz respeito aos recursos ou instrumentos técnicos do *métier* do bibliotecário. São disposições que indicam o que e como acrescentar informações pertinentes sobre o item no qual o objeto circula. Apesar de não nos determos nesses instrumentos normativos, reconhecemos que são importantes recursos que ajudam o bibliotecário a manter a padronização, a consistência e a lógica na descrição. Falamos do Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2) em Machine-Readable Cataloging (MARC 21) padrões importantes para a catalogação e descrição de recursos

bibliográficos, inclusive para as áreas de descrição física e de notas. Observa-se que, embora essa operação esteja presente no fazer biblioteconômico e arquivístico, ela ainda não é consistente, nem suficiente para garantir a apreensão das informações pertinentes ao historiador, indicando uma lacuna na representação da informação.

Em último lugar, identificamos uma triste realidade: em sua grande maioria, os itens que compõem o acervo de obras raras e disponíveis em formato digital, assim como a área de notas são poucas exploradas. Por serem restritivas, não evidenciam as características físicas e nem organolépticas do documento. A área de nota de documentos históricos disponíveis em ambiente digital não pode ser tratada da mesma forma que os itens bibliográficos corrente. Há particularidades que o historiador precisa ter em mente para entender o objeto na sua materialidade.

A descrição do item é isenta de ordenamento consistente, padronizado e lógico. Quando apresenta as notas, restringe-se a anunciar que a manifestação acompanha bibliografia ou que inclui índice, dados escassos e que não representam a integralidade do documento. Essa realidade promove uma série de dificuldades científicas à operação historiográfica, uma vez que, sem o acesso ao documento original, o historiador não tem a noção da materialidade do item que fora criado originalmente na versão manuscrita ou impressa, sob a forma de códice, e que agora circula em formato digital. Em consequência, cairá nas armadilhas da escrita histórica mencionada por Chartier (1994), que declara que as aproximações e interpretações do seu objeto dependem da materialidade.

Os instrumentos representativos do item precisam, portanto, ser descritos a partir do público-alvo e das operações historiográficas compatíveis com os níveis de detalhamento. Geralmente, os livros atuais ou digitais baseiam suas descrições em primeiro nível. Para os materiais especiais, como manuscritos e obras raras, é necessário um nível de descrição mais apurado, principalmente se esse item está acessível exclusivamente em meio digital.

Portanto, cremos ser fundamental garantir a preservação da cultura escrita nas formas em que foram criadas, pelo menos as que atualmente exercem influência na produção editorial - livro em formato de códice. Concordar com a destruição dos livros na sua forma original é também uma visão restritiva e excludente das operações históricas encenadas por pesquisadores prontos a identificar e relacionar os detalhes.

Para garantir a representação fiel de itens do patrimônio histórico bibliográfico em ambiente digital, é necessário que os bibliotecários aprimorem suas habilidades e competências. A maioria dos itens carece de descrição adequada, incluindo informações sobre público-alvo e natureza da documentação, o que evidencia a necessidade de mudança de postura do profissional da informação. A representação deve considerar as características físicas do documento e incluir notas sobre autenticidade e confiabilidade, utilizando recursos e padrões de metadados adequados para garantir consistência e interoperabilidade, preservando e disseminando o patrimônio histórico bibliográfico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Revista Aedos**, [*s. l.*], v. 3, n. 8, 2011. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/16776. Acesso em: 27 abr. 2025.

BARBEDO, Francisco; CORUJO, Luís; SANT'ANA, Mário. **Recomendações para a produção de planos de preservação digital**. Lisboa: DGARQ, 2011. Disponível em: http://arquivos.dglab.gov.pt/wpcontent/uploads/sites/16/2014/02/Recomend_producao_PPD_V2.1.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

BELO, André. **História & livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BORGES, J. L., **La biblioteca de Babel**, 1941. Disponível em: https://ia800504.us.archive.org/18/items/TheLibraryOfBabel/babel.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

BOTOSSO, Paulo Cesar. **Identificação macroscópica de madeiras**: guia prático e noções básicas para o seu reconhecimento. Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2011.

BRASIL, Éric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da hemeroteca digital brasileira e no uso de Caqdas na elaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, jan./abr. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eh/a/XNJJWhFFzPKdkhF6cyj5BJv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 1 abr. 2025.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. **O livro escolar no Maranhão Império (1821-1889)**. São Luís: Edufma, 2017.

CASTRO, Cesar Augusto; SILVA, Diana Rocha da; CASTELLANOS Samuel Luis Velázques. A biblioteca pública do Maranhão como instituição educacional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 3, p. 255-269, jul./set. 2011. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/pci/a/qWVbdLLGWJdwfpjvHY4Hrcp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 jan. 2026.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Miraflores, PT: Difusão editorial, 1988.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, [*s. l.*], v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/SZqvSMJDBVJTXqNg96xx6dM/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 27 abr. 2025.

CHARTIER, Roger. **Do código ao monitor**: a trajetória do escrito. **Estudos avançados**, [*s. l.*], v. 8, n. 21, p. 185-199, 1994. Disponível em: scielo.br/j/ea/a/WXQwxxRhNjfZCbdRKMPXdYw/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 abr. 2025.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1999. 159p.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: o que é um autor? São Carlos: Edufscar, 2012.

DARNTON, Robert. "O que é a história do livro?" revisitado. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 155-169, jan./jun. 2008. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1503/2758. Acesso em: 14 abr. 2025.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. Tradução Fulvia M. L. Moreno, Guacira Marcondes Machado. 2. ed. São Paulo: USP, 2019. 580p.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 2007.

GRÁCIO, José Carlos Abbud; FADEL, Bárbara; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Preservação digital nas instituições de ensino superior: aspectos organizacionais, legais e técnicos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 3, p. 111-129, jul./set. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/XnvBfYVhjnpzxWPQ79NwFCb/abstract/?lang=pt. Acesso em: 14 abr. 2025.

LEHNUS, Donald J. **Catalogação descritiva**: manual prático contendo 225 modelos de fichas [...]. Brasília: Vipa, 1971, 116p.

LOBO, A. **Relatório apresentado ao Sr. Governador do Estado do Maranhão Dr. João Gualberto Torrão da Costa**. São Luís: Typ. Frias, 1901.

LUCCAS, Lucy; SERIPIERRI, Dione. **Conservar para não restaurar**: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas. Rio de Janeiro: Thesaurus, 1995.

MEY, Eliane Serrão. **Não brigue com a catalogação**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2003.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofoletti. **Catalogação no plural**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2009.

RIBEIRO, Antônia Motta de Castro Memória. **AACR2 em MARC 21**. 4. ed. Brasília: Ed. do Autor, 2009.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. As estratégias de emulação como fundamento para a preservação de objetos digitais interativos: a garantia de acesso fidedigno em longo prazo. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 95-116, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/79/34. Acesso em: 20 mar. 2025.

SILVA, William; Flores, Daniel. Política arquivistica de preservação digital: um estudo sobre sua aplicabilidade em instituições públicas federais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p.144-166, jul./set. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22575. Acesso em: 23 mar. 2025.

SOUZA, Leandro Ferreira. **História de la escritura**. [*S. l.*]: História de la escritura, 2025. Disponível em: https://historiaescritura.com/papel/propiedades-caracteristicas. Acesso em: 8 abr. 2025.

Recebido em julho 2025 | Aprovado em novembro 2025

MINI BIOGRAFIA

Diana Rocha da Silva
Doutora em Educação escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Araraquara). Professora Adjunta III, Coordenação de Biblioteconomia da Universidade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Integrante de Núcleo de Estudo em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL).
E-mail: dr.silva@ufma.br